

COLEÇÃO
MANUAIS **Dizer**
o Direito

Coord.: MÁRCIO CAVALCANTE

Rafael Rocha

MANUAL DE
DIREITO
AMBIENTAL

2022

 EDITORA
*Jus*PODIVM
www.editorajuspodivm.com.br

Dizer  **Direito**
www.dizerodireito.com.br



1271081

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo
Tel: (11) 3582.5757
• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Diagramação: Ana Paula Lopes Corrêa (aninha_lopescorrea@hotmail.com)

Capa: Maitê Coelho (maitescoelho@yahoo.com.br)

M294 Manual de Direito Ambiental / Rafael Rocha – São Paulo: Editora JusPodivm, 2022.
544 p. (Manuais Dizer o Direito / coordenador Márcio Cavalcante)

Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-442-3625-3.

1. Direito Ambiental. I. Rocha, Rafael. II. Cavalcante, Márcio. III. Título.

CDD 341.347

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS.....	19
CAPÍTULO I - MICROSSISTEMA JURÍDICO DE TUTELA AMBIENTAL.....	21
1. COMPREENDENDO A IMPORTÂNCIA ATUAL DO DIREITO AMBIENTAL.....	21
2. O MICROSSISTEMA JURÍDICO DE TUTELA AMBIENTAL.....	22
CAPÍTULO II - SISTEMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE.....	33
1. SISTEMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE.....	33
1.1. Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano e Criação do SISNAMA.....	33
1.2. Estrutura do SISNAMA.....	38
1.2.1. Órgão Superior.....	40
1.2.2. Órgão Consultivo e Deliberativo.....	40
1.2.3. Órgão Central.....	45
1.2.4. Órgãos Executores.....	46
1.2.5. Órgãos Seccionais.....	47
1.2.6. Órgãos Locais.....	48
1.3. Política Nacional do Meio Ambiente.....	50
1.3.1. Criação e diretrizes da Política Nacional do Meio Ambiente.....	50
1.3.2. Constitucionalização da Tutela Ambiental e da Política Nacional do Meio Ambiente.....	60
1.4. Objetivos.....	73
1.5. Questões de concursos.....	76
1.6. Instrumentos.....	81
1.6.1. Licenciamento ambiental.....	83
1.6.1.1. Competência no Licenciamento Ambiental.....	91
1.6.1.1.1. Competência nos Procedimentos de Licenciamento Ambiental.....	92
1.6.1.1.1.1. Licenciamento Ambiental de Competência da União, através do IBAMA.....	94
1.6.1.1.1.2. Licenciamento Ambiental de Competência dos Municípios.....	104

1.6.1.1.1.3.	Licenciamento Ambiental de Competência dos Estados-Membros.....	106
1.6.1.1.2.	Competência para Fiscalização e Aplicação de Multas Ambientais.....	111
1.6.1.1.3.	Competência ou Ação Supletiva.....	117
1.6.1.1.4.	Competência ou Ação Subsidiária.....	121
1.6.1.1.5.	Delegação de Competência.....	122
1.6.1.1.6.	Licenças Ambientais.....	123
1.6.2.	Avaliações de Impacto Ambiental.....	129
1.6.3.	Zoneamento Ambiental.....	134
1.6.4.	Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente - SINIMA e Cadastro Ambiental Rural - CAR.....	136
1.6.5.	Servidão Ambiental e Cota de Reserva Ambiental.....	138
1.6.6.	Cadastro Técnico Federal.....	143
1.6.7.	Estabelecimento de Padrões de Qualidade Ambiental e Relatório de Qualidade do Meio Ambiente.....	146
1.6.8.	Questões de concursos.....	147
1.7.	Política Nacional Sobre Mudança do Clima.....	151
1.7.1.	Normas Internacionais.....	153
1.7.2.	Princípios e Objetivos.....	159
1.7.3.	Diretrizes.....	163
1.7.4.	Instrumentos.....	165
1.7.4.1.	Plano Nacional sobre Mudanças do Clima e Planos de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento nos Biomas.....	168
1.7.4.2.	Fundo Nacional sobre Mudanças do Clima.....	169
1.7.4.3.	Mecanismos Financeiros Existentes na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e no Protocolo de Quioto.....	171
1.7.4.4.	Comunicação Nacional do Brasil à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.....	172
1.7.4.5.	Estabelecimento de Padrões Ambientais e de Metas para a Redução de Gases de Efeito Estufa.....	172
1.7.4.6.	Monitoramento Climático.....	173
1.7.5.	Instrumentos Institucionais.....	174
1.7.6.	Questões de concursos.....	176

CAPÍTULO III – SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA..... 179

1. RELEMBRANDO O MICROSSISTEMA JURÍDICO DE TUTELA AMBIENTAL - MTA... 179

2.	SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA.....	181
2.1.	Criação do SNUC e a Proteção da Biodiversidade.....	181
2.2.	Estrutura do SNUC.....	183
2.2.1.	Órgão Consultivo e Deliberativo	184
2.2.2.	Órgão Central.....	187
2.2.3.	Órgãos Executores.....	188
2.3.	Política Nacional de Unidades de Conservação - PNUC	189
2.4.	Objetivos do SNUC.....	191
2.5.	Instrumentos do SNUC.....	195
2.5.1.	Unidades de Conservação da Natureza.....	196
2.5.1.1.	Atos de Constituição.....	197
2.5.1.2.	Requisitos de Constituição.....	199
2.5.1.3.	Modos de Alteração e de Extinção.....	201
2.5.1.4.	Classificação das Unidades de Conservação	203
2.5.1.4.1.	Unidades de Proteção Integral.....	206
2.5.1.4.2.	Unidades de Uso Sustentável.....	209
2.5.1.4.3.	Modelo Internacional.....	215
2.5.1.4.4.	Programa Adote um Parque.....	216
2.5.2.	Zonas de Amortecimento	217
2.5.3.	Corredores Ecológicos	218
2.5.4.	Mosaicos	220
2.5.5.	Compensação Ambiental.....	222
2.5.6.	Questões de concursos.....	229
2.5.7.	Uso Sustentável de Florestas	234
2.5.7.1.	Concessão de Unidades de Conservação Federais.....	235
2.5.7.2.	Gestão de Florestas Públicas.....	238
2.5.7.2.1.	Licitação e Plano Anual de Outorgas Florestais - PAOF.....	242
2.5.7.2.2.	Órgãos Gestores e Poderes Concedentes.....	245
2.5.7.2.3.	Contratos de Concessão Florestal.....	248
2.5.7.3.	Exploração Florestal	250
2.5.7.3.1.	Controle da Origem de Produtos da Exploração Florestal e Reposição Florestal.....	254
2.5.7.4.	Questões de concursos.....	259

CAPÍTULO IV – DEMAIS ESPAÇOS TERRITORIAIS ESPECIALMENTE PROTEGIDOS 261

1.	RELEMBRANDO O MICROSSISTEMA JURÍDICO DE TUTELA AMBIENTAL - MTA.....	261
----	---	-----

2.	DEMAIS ESPAÇOS TERRITORIAIS ESPECIALMENTE PROTEGIDOS - DEPEPS.....	263
2.1.	Áreas de Preservação Permanente - APP.....	265
2.1.1.	Conceito e Natureza Jurídica.....	265
2.1.2.	Tipos de Áreas de Preservação Permanente - APPs.....	268
2.1.3.	Intervenção e Supressão em Áreas de Preservação Permanente - APPs.....	278
2.2.	Áreas de Reserva Legal - RL.....	282
2.2.1.	Conceito e Natureza Jurídica.....	283
2.2.2.	Delimitação das Áreas de Reserva Legal.....	287
2.2.3.	Casos de Dispensa da Reserva Legal.....	293
2.3.	Áreas de Uso Restrito - AUR.....	294
2.4.	Áreas de Uso Alternativo do Solo - AUAS.....	298
2.4.1.	Conceito e Regras Gerais.....	299
2.4.2.	Áreas de Uso Alternativo do Solo e Controle do Desmatamento.....	303
2.4.3.	Áreas de Uso Alternativo e Proibição do Uso de Fogo.....	304
2.4.4.	Programas de Apoio e de Incentivos à Preservação.....	305
2.4.4.1.	Política Nacional de Pagamentos por Serviços Ambientais - PNPSA.....	308
2.5.	Áreas Consolidadas.....	315
2.5.1.	Áreas Consolidadas em Reservas Legais.....	316
2.5.2.	Áreas Consolidadas em Áreas de Preservação Permanente.....	318
2.5.3.	Programas de Regularização Ambiental - PRAs.....	327
2.6.	Questões de concursos.....	328
2.7.	Acesso ao Patrimônio Genético e ao Conhecimento Tradicional Associado.....	332
2.8.	Organismos Geneticamente Modificados e Política Nacional de Biossegurança - PNBio.....	335
2.9.	Questões de concursos.....	340

CAPÍTULO V – SISTEMA NACIONAL DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS..... 343

1.	RELEMBRANDO O MICROSSISTEMA JURÍDICO DE TUTELA AMBIENTAL - MTA.....	343
2.	SISTEMA NACIONAL DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS.....	345
2.1.	Criação do SINGRH.....	346
2.2.	Estrutura do SINGRH.....	347
2.2.1.	Conselho Nacional de Recursos Hídricos.....	349
2.2.2.	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico.....	350
2.2.3.	Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos.....	352

2.2.4.	Comitês de Bacias Hidrográficas	353
2.2.5.	Órgãos dos Poderes Públicos Federal, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais de Gestão de Recursos Hídricos	356
2.2.6.	Agências de Água	356
2.3.	Política Nacional de Recursos Hídricos.....	357
2.4.	Objetivos.....	362
2.5.	Instrumentos	364
2.5.1.	Outorgas.....	365
2.5.2.	Cobrança pelos Usos dos Recursos Hídricos	370
2.5.3.	Planos de Recursos Hídricos.....	373
2.5.4.	Enquadramento dos Corpos de Água em Classes.....	374
2.5.5.	Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos.....	374
2.5.6.	Infrações à PNRH	375
2.6.	Questões de concursos.....	376
2.7.	Demais Políticas Nacionais Relacionadas aos SINGRH.....	380
2.8.	Política Nacional de Segurança de Barragens	381
2.8.1.	Fundamentos, Fiscalização e Objetivos da PNSB	383
2.8.2.	Instrumentos da PNSB.....	386
2.8.3.	Infrações à PNSB.....	390
2.9.	Política de Saneamento Básico.....	392
2.9.1.	Evolução Histórica e Princípios Fundamentais.....	395
2.9.2.	Titularidade e Responsabilidade.....	398
2.9.3.	Planos de Saneamento Básico.....	403
2.9.4.	Agências de Regulação e de Fiscalização	405
2.9.5.	Política Federal de Saneamento Básico - PFSB.....	409
2.10.	Questões de concursos.....	413
2.11.	Política Nacional de Resíduos Sólidos	415
2.11.1.	Diretrizes, Objetivos e Princípios Específicos.....	418
2.11.2.	Instrumentos Relacionados.....	422
2.11.2.1.	Sistema de Logística Reversa e de Coleta Seletiva.....	424
2.11.2.2.	Planos de Resíduos Sólidos	428
2.11.2.3.	Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos - CNORP.....	431
2.11.2.4.	Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos - SINIR.....	432
2.11.2.5.	Instrumentos Econômicos.....	433
2.11.2.6.	Demais Instrumentos	434
2.12.	Questões de concursos.....	435

CAPÍTULO VI – SISTEMA DE RESPONSABILIZAÇÃO POR ILÍCITOS AMBIENTAIS..... 441

1. RELEMBRANDO O MICROSSISTEMA JURÍDICO DE TUTELA AMBIENTAL - MTA.....	441
2. SISTEMA DE RESPONSABILIZAÇÃO POR ILÍCITOS AMBIENTAIS	444
2.1. Criação do SISRESPIA e Definição da Tríplíce Responsabilização por Ilícitos Ambientais	444
2.2. Responsabilidade Administrativa e Evolução Histórica.....	446
2.2.1. Teoria Geral da Responsabilidade Administrativa	449
2.2.1.1. Autoridades Competentes	452
2.2.1.2. Responsabilidade Administrativa Subjetiva	455
2.2.1.3. Espécies de Sanções Administrativas.....	457
2.2.1.3.1. Advertência	458
2.2.1.3.2. Multas.....	459
2.2.1.3.3. Apreensão dos Produtos e Instrumentos das Infrações.....	459
2.2.1.3.4. Destruição ou Inutilização dos Produtos.....	462
2.2.1.3.5. Suspensão da Venda e da Fabricação de Produtos.....	462
2.2.1.3.6. Embargo de Obras ou Atividades.....	462
2.2.1.3.7. Demolição de Obra.....	463
2.2.1.3.8. Suspensão Parcial ou Total de Atividades.....	464
2.2.1.3.9. Restritivas de Direitos	464
2.2.1.4. Prescrição.....	465
2.2.1.5. Destinação dos Valores das Multas Ambientais.....	466
2.2.1.6. Programa Federal de Conversão das Multas Ambientais	468
2.2.1.7. Tipos de Infrações Administrativas e Procedimento Administrativo Sancionador.....	470
2.3. Responsabilidade Civil e Tutela Processual	470
2.3.1. Responsabilidade Objetiva.....	472
2.3.2. Responsabilidade Solidária.....	475
2.3.3. Responsabilidade Imprescritível.....	479
2.3.4. Inversão do Ônus da Prova.....	480
2.3.5. Desconsideração da Personalidade Jurídica.....	482
2.3.6. Dano Moral Coletivo.....	483
2.3.7. Obrigação de Fazer, de Não Fazer e de Indenizar.....	484
2.4. Questões de concursos.....	485
2.5. Princípios Ambientais e sua Aplicação Processual.....	491
2.5.1. Questões de concursos.....	494

2.6. Responsabilidade Penal	495
2.6.1. Regras Penais Específicas	497
2.6.2. Crimes Ambientais.....	506
2.6.2.1. Crimes contra a Fauna	507
2.6.2.2. Crimes contra a Flora.....	516
2.6.2.3. Poluição e outros Crimes Ambientais.....	526
2.6.2.4. Crimes contra o Ordenamento Urbano e o Patrimônio Cul- tural	531
2.6.2.5. Crimes contra a Administração Ambiental.....	535
2.6.3. Questões de concursos.....	537
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	543